

O PAPEL DAS INTERVENÇÕES NO CONTEXTO DE VULNERABILIDADE NA ADOLESCÊNCIA E INFÂNCIA

THE ROLE OF INTERVENTIONS IN THE CONTEXT OF VULNERABILITY IN ADOLESCENCE AND CHILDHOOD

Artigo acadêmico elaborado sob supervisão de:

Ms. Rafaella Corrêa

Dra. Marcia Oliveira da Silva

Acadêmicos de Psicologia:

Cláudio Quinze Dias Ferreira

Daniele Fortunato Dos Santos da Costa

Flávia Mota Corrêa Vitorino

Ossana Lopes Souza do Carmo

RESUMO

As crianças e adolescentes que se encontram em desigualdades sociais, sentem na pele a pobreza, discriminação, falta de acesso à educação, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família, que resultam na falta de uma perspectiva de melhoria de vida, são indivíduos que não têm ofertas de projetos futuros, pois vivem em situações miseráveis e acabam desacreditando da vida. Desta forma, a investigação neste estudo tem o objetivo de elucidar os conceitos de vulnerabilidade social e como as políticas públicas alcançam as pessoas em vulnerabilidade. Para tal, foi realizada metodologia de pesquisa exploratória e bibliográfica, tendo os seguintes periódicos eletrônicos: Google Acadêmico, BVS, SciELO, pePSIC, a partir de 10 artigos revisados e publicados e livros de base entre os anos de 2014 a 2022, que discutem a relação da vulnerabilidade na infância e adolescência. Os resultados mostraram que as principais consequências que acometem as crianças e os adolescentes em decorrência da vulnerabilidade social são: problemas relacionados ao alcoolismo, envolvimento com drogas, gravidez precoce e prática do roubo. Foi possível concluir que há uma realidade que precisa ser combatida a fim de que muitos tipos de violências venham a reduzir em um futuro próximo, pois, dependendo do conjunto de experiências, aprendizados e elementos aos quais uma criança é exposta ela pode se tornar um adulto com capacidade e comportamentos melhores.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Infância. Intervenção. Políticas públicas.

ABSTRACT

Children and adolescents who find themselves in social inequalities, feel poverty, discrimination, lack of access to education, sexual abuse, exploitation of child labor, absence of family, which result in the lack of a perspective of improving their lives, are individuals who do not have offers for future projects, as they live in miserable situations and end up disbelieving in life. Thus, the investigation in this study aims to elucidate the concepts of social vulnerability and how public policies reach people in vulnerability. To this end, an exploratory and bibliographic research methodology was carried out, with the following electronic journals: Google Scholar, BVS, SciELO, pePSIC, from 10 reviewed and published articles and base books between the years 2014 to 2022, which discuss the relationship of vulnerability in childhood and adolescence. The results showed that the main consequences that affect children and adolescents as a result of social vulnerability are: problems related to alcoholism, involvement with drugs, early pregnancy and theft. It was possible to conclude that there is a reality that needs to be fought so that many types of violence will be reduced in the near future, because, depending on the set of experiences, learning and elements to which a child is exposed, he can become an adult. with better skills and behaviors.

Keywords: Vulnerability. Childhood. Intervention. Public policy.

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade pode ser definida como uma forma de coexistência. Os indivíduos são ligados e mantêm uma dependência entre si, portanto desenvolvem relações em seu cotidiano (Abrahão & Lopes, 2022). Para uma vida em sociedade saudável, é necessário que algumas regras sejam respeitadas por todo conjunto desta, de modo que as leis estabelecidas sejam seguidas por todas as pessoas. Assim, a liberdade de um indivíduo não deve prejudicar a liberdade de outra pessoa ou grupo, conforme princípios de nosso Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988).

O Estado Democrático de Direito é um dos pilares de nosso Estado, do qual garante a dignidade da pessoa humana, do qual defende nossa carta magna constitucional. Abrange todo ser vivo e em especial o ser humano. Quanto a este, a

Constituição Brasileira defende e protege a pessoa independentemente de seu estado de vulnerabilidade, de seus costumes, credos, raça, cor, idade e opção sexual (Rezende et al., 2022).

Já a vulnerabilidade relacionada a crianças e adolescentes, do qual é o interesse de nosso trabalho, é entendida como um cenário criado pela desigualdade social, ou seja, causado pela pobreza, exclusão social, pela falta de vínculos afetivos nos círculos familiares, das amizades, no ambiente escolar, tendo agregado a isto a falta de acesso à educação, trabalho, lazer, saúde e alimentação básicos (Lobato et al., 2012; Zappe & Dell'Aglio, 2016).

A infância é um período que se inicia o maior número de cuidados necessários que advém de um adulto mais próximo ou crianças mais velhas, em todas as sociedades ao longo da história, e a maior parte das famílias (Ferreira et al., 2019). Assumindo tal pensamento, se faz necessário que alguém providencie seu alimento, cuide de sua saúde física e emocional, proteja-a do frio e do calor, constituindo-se assim em características peculiares à infância em todas as sociedades, independente de tempos e espaços, podendo ser considerado também como uma preparação para a vida adulta (Danzmann et al., 2022).

Entretanto, a infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro, como por exemplo, o tempo de duração da infância, o trabalho infantil, as punições e formas de disciplinar as crianças; a idade que adentra ao ambiente escolar são algumas das variações inerentes que atravessam as fronteiras do mundo infantil (Niehues & Costa, 2012). O termo criança abarca, também, a puberdade como segunda infância, conforme pode ser rastreado em seus escritos: "... o papel da autonomia concreta adquirida durante a segunda infância... sendo a adolescência (15 - 18 anos) a idade da inserção do indivíduo na sociedade adulta..." (Piaget & Inhelder, 1994; Silva, 2011; Lima, 2021).

A adolescência consiste no período do desenvolvimento humano de transição entre a infância e a vida adulta. Caracteriza-se por um processo de maturidade crescente, que envolve uma série de transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais (Erikson, 1976; Schoen-Ferreira et al., 2010). É nessa fase que tem início a puberdade com visíveis alterações físicas como o estirão do crescimento, o luto pela perda do corpo infantil e perda da identidade e papéis infantis, pelos pais da infância (Erikson, 1976; Menezes & Conceição, 2021).

Embora alguns aspectos possam ser generalizados, a vivência é singular,

bem como a forma de lidar com cada situação, principalmente no que tange ao desenvolvimento da sexualidade, a separação progressiva dos pais e as constantes flutuações do humor e do ânimo. Para lidar com tudo isso, o apoio dos pais na fase anterior é fundamental, pois uma adolescência saudável começa na infância (Rezende et al., 2018).

Para Erikson (1976), a adolescência é o período no qual ocorre a formação da identidade, sendo por isso, permitido ao adolescente experimentar diversos papéis até que possa se definir sexual, emocional, socialmente, etc; tudo isso com a aprovação da sociedade. É através dessas experimentações que o adolescente vai se descobrindo como adulto, que muitas das atitudes adolescentes se perpetuam na idade adulta. Claro que muitas dessas experimentações não passam de curiosidade da idade. Tendo em vista que essas experimentações podem colocar o adolescente em situação de risco (Silveira et al., 2020; Danzmann et al., 2022).

O conceito de vulnerabilidade pode ser entendido como a condição de risco que o indivíduo se encontra. Neste sentido, a vulnerabilidade pode ser relacionada a situações que o sujeito possa ser remetido a alguma possibilidade de perigo, levando em consideração que são situações vinculadas diretamente em fatores sociais, uma vez que a criança também é um indivíduo inserido na sociedade, ela sofre com as estruturas sociais que são oferecidas para ela (Scott et al., 2018; Bomtempo & Conceição, 2014).

Já a vulnerabilidade relacionada a crianças e adolescentes, do qual é o interesse de nosso trabalho, é entendida como um cenário criado pela desigualdade social, ou seja, causado pela pobreza, exclusão social, pela falta de vínculos afetivos seja no círculo familiar ou das amizades no ambiente escolar, além da falta de acesso à educação, trabalho, lazer, saúde, alimentação (Rezende et al., 2022).

A vulnerabilidade nesta faixa de idade cresce por falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; Há a integração muito cedo deste grupo ao mundo das drogas e do crime (Abramovay et al., 2002). O desamparo da sociedade torna a criança ou adolescente vulnerável permitindo o desequilíbrio social e a falência da dignidade da pessoa humana (Amaral & Coutinho, 2022). A vulnerabilidade infantil atinge vários pontos da vida social da criança, são evidências causadas por possíveis transtornos, que pode ter efeitos duradouros na vida dos indivíduos, podendo também causar problemas maiores na vida adulta (Pessoa & Scorsolini-Comin, 2021; Bomtempo & Conceição, 2014).

As crianças e adolescentes que se encontram em desigualdades sociais, que sentem na pele pobreza, discriminação, falta de acesso à educação, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família, resultando na falta de uma perspectiva de melhoria de vida, são indivíduos que não tem ofertas de projetos futuros, pois vivem em situações miseráveis e acabam desacreditando na vida. Desta forma podemos avançar no entendimento do papel que as intervenções passam a ajudar no combate à vulnerabilidade na fase da infância e adolescência (Bomtempo & Conceição, 2014; Vieira et al., 2022).

O Estatuto da Criança e Adolescente -ECA, (1990) aprovado em 1990, foi um instrumento criado para que crianças e jovens passassem a ser sujeitos de direitos, contando com uma política de proteção integral e prioritária. O ECA tornou-se uma política afirmativa dos direitos direcionados à criança e ao adolescente, (Júnior, 2021). Neste sentido, outros programas foram criados como Conselhos Tutelares (Lei Nº 8.069); Programa do Bolsa Família (Lei Nº 10.836) e Programa de Saúde na Escola (Decreto nº 6.286).

Dito isto, questionamos se a criação destas formas de intervenções propostas pelas políticas públicas são eficientes para promoção e combate do estado de vulnerabilidade das crianças e adolescentes? Para responder essa questão de pesquisa, o trabalho tem como objetivo revisar e discutir as vulnerabilidades desta parcela da população. Identificar o esforço das políticas públicas para eliminar ou minimizar o sofrimento daqueles em situação de vulnerabilidade; acrescentando a isto, verificar a importância de uma maior implementação constante por parte dos dispositivos presentes.

Assim, nossa investigação neste estudo tem o objetivo de elucidar os conceitos de vulnerabilidade social e como as políticas públicas alcançam as pessoas em vulnerabilidade. De que forma essas políticas contribuem para restaurar a dignidade da pessoa humana, seja no ambiente escolar, familiar e social, já que, é oportuno comunicar que o futuro da sociedade se dá justamente por meio das crianças e adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o momento de sua concepção, o indivíduo inicia um processo de mudança contínuo ao longo de sua vida, onde inicialmente, uma única célula torna-

se um aglomerado celular desenvolvendo um bebê que, por sua vez, seguirá em evolução ao longo dos anos. Embora cada ser se torne único, as mudanças seguem alguns padrões comuns, tornando-se crianças, adolescentes e posteriormente adultos.

No entanto, é possível observar que diversos são os aspectos que modificam o desenvolvimento infantil, logo, os cientistas do desenvolvimento observam como as crianças mudam desde a infância até a adolescência, analisando os aspectos que tem implicação direta na criança e no adolescente e conseqüentemente colaborando para a criação, a educação, a saúde e as políticas públicas voltadas ao público. Assim, Martorell et al. (2019), explicam que foi Charles Darwin, criador da Teoria da Evolução quem primeiro explorou a natureza evolutiva e comportamental da criança em 1887 pois o filósofo acreditava que somente estudando suas origens, o indivíduo seria capaz de se entender melhor.

Inicialmente, os estudos se concentravam no desenvolvimento de bebês e crianças pequenas, onde o crescimento é mais evidente. Logo, percebeu-se que as influências ambientais pelas quais a criança passou desde sua concepção podem ter grandes conseqüências ao longo da vida adulta. No entanto, foi somente no século XIX que os avanços no mundo ocidental permitiram caminhos científicos do desenvolvimento infantil, desvendando mistérios da concepção e discutindo a importância da hereditariedade e do ambiente, incluindo as características inatas ao indivíduo e as influências externas. Cabe ressaltar que o período da adolescência só foi considerado um período a parte da infância a partir do século XX, onde um dos pioneiros do estudo da criança, G. Stanley Hall publicou o livro *Adolescência*. Tais estudos trouxeram benefícios como: avanço da medicina como o desenvolvimento de vacinas, aumentando a expectativa de vida infanto-juvenil; leis de proteção ao bem estar da criança; entendimento dos pais, professores e guardiões quanto a necessidade da criança; e o autoconhecimento. Desta forma, o estudo observou que hoje, o desenvolvimento é confuso, complexo e multifacetado sendo divididos em três domínios do *self* que estão inter-relacionados e afetam uns aos outros simultaneamente: físico (desenvolvimento do corpo e do cérebro), cognitivo (aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, criatividade e raciocínio); e psicossocial (emoções, personalidade e relações sociais) (Papalia & Feldmand 2019).

Para tal, Piovesan et. al. (2018), elaborou uma tabela definindo as mudanças

que ocorrem ao longo da vida de acordo com a faixa etária, classificando oito períodos da de ciclo vital. No entanto, como o presente estudo busca focar no desenvolvimento da criança e do adolescente, adaptou-se o conteúdo conforme necessário. Na tabela (Tabela 1) a seguir, é possível observar os desenvolvimentos físicos, cognitivos e psicossociais de acordo com a faixa etária:

Tabela 01: Desenvolvimento De Acordo Com A Faixa Etária

Faixa Etária	Desenvolvimento Físico	Desenvolvimento Cognitivo	Desenvolvimento Psicossocial
Período Pré-Natal (Concepção Ao Nascimento)	Ocorre a concepção. A dotação genética interage com as influências ambientais desde o início. Formam-se as estruturas e os órgãos corporais básicos. Inicia-se o crescimento cerebral. O crescimento físico é o mais rápido de todo o ciclo vital. O feto ouve e responde a estímulos sensórios. A vulnerabilidade a influências ambientais é grande.	As capacidades de aprender e lembrar estão presentes durante a etapa fetal.	O feto responde à voz da mãe e desenvolve uma preferência por ela.
Primeira Infância (Nascimento Aos 3 Anos)	Todos os sentidos funcionam no nascimento em graus variados. O cérebro aumenta de complexidade e é altamente sensível à influência ambiental. O crescimento e o desenvolvimento físico das habilidades motoras são rápidos.	As capacidades de aprender e lembrar estão presentes, mesmo nas primeiras semanas. O uso de símbolos e a capacidade de resolver problemas desenvolvem-se ao final do segundo ano de vida. A compreensão e o uso da linguagem desenvolvem-se rapidamente.	Desenvolve-se um apego a pais e a outras pessoas. Desenvolve-se a autoconsciência. Ocorre uma mudança da dependência para a autonomia. Aumenta o interesse por outras crianças.
Segunda Infância (3	O crescimento é constante; o corpo	O pensamento é um pouco egocêntrico,	O autoconceito e a compreensão das

Aos 6 Anos)	fica mais delgado e as proporções mais semelhantes às de um adulto. O apetite diminui, e os problemas de sono são comuns. A preferência pelo uso de uma das mãos aparece; as habilidades motoras finas e gerais e força aumentam.	mas a compreensão do ponto de vista das outras pessoas aumenta. A imaturidade cognitiva leva a algumas ideias ilógicas sobre o mundo. A memória e a linguagem se aperfeiçoam. A inteligência torna-se mais previsível.	emoções tornam-se mais complexos; a auto-estima é global. Aumentam a independência, a iniciativa, o autocontrole e os cuidados consigo mesmo. Desenvolve-se a identidade de gênero. O brincar torna-se mais imaginativo, mais complexo e mais social. Altruísmo, agressão e temores são comuns. A família ainda é o foco da vida social, mas as outras crianças tornam-se mais importantes. Frequentar a pré-escola é comum.
Terceira Infância (6 Aos 11 Anos)	O crescimento diminui. Força e habilidades atléticas aumentam. Doenças respiratórias são comuns, mas a saúde geralmente é melhor do que em qualquer outro período do ciclo vital.	O egocentrismo diminui. As crianças começam a pensar com lógica, mas da maneira concreta. As habilidades de memória e linguagem aumentam. Os desenvolvimentos cognitivos permitem que as crianças beneficiem-se com a educação escolar. Algumas crianças apresentam necessidades e talentos educacionais especiais.	O autoconceito torna-se mais complexo, influenciando a auto-estima. A co-regulação reflete a transferência gradual de controle dos pais para a criança. Os amigos assumem importância central.
Adolescência (11 Aos Aproximadamente 20 Anos)	O crescimento físico e outras mudanças são rápidas e profundas. Ocorre maturidade	Desenvolve-se a capacidade de pensar em termos abstratos e utilizar o raciocínio científico.	Busca de identidade, incluindo a identidade sexual, torna-se central. Relacionamentos

	reprodutiva. Questões comportamentais, como transtornos alimentares e abuso de drogas, trazem importantes riscos à saúde.	O pensamento imaturo persiste em algumas atitudes e em alguns comportamentos. A educação se concentra na preparação para a faculdade ou para a vida profissional.	com os pais são, em geral, bons. Os grupos de amigos ajudam a desenvolver e testar o autoconceito, mas também podem exercer uma influência anti-social.
--	---	---	---

Fonte: Adaptado de Piovesan et. al. (2018).

Entende-se, portanto, que a sua vivência ou desenvolvimento anterior sempre irá afetar ao que virá depois pois o desenvolvimento é um processo contínuo e individual ao mesmo tempo, onde não é possível separar os aspectos físicos, cognitivos e psicológicos visto que um irá sempre afetar o outro simultaneamente.

Assim, a criança estrutura sua vida mental através de fases definidas por Silva, Viana e Carneiro (2018) que incluem a fase sensório-motora, período pré-conceitual e o pensamento lógico-concreto. Antecedendo a puberdade, as operações mentais exigem situações concretas para serem processadas. Já no período da adolescência, correspondente às operações formais, ocorre a passagem do pensamento formal onde o adolescente realiza as operações no plano das ideias sem necessitar de manipulações, sendo capaz de tirar conclusões de puras hipóteses, explorando livremente a reflexão e submetendo inicialmente o mundo real aos sistemas e teorias criadas em pensamento. O processo vai se atenuando através da reconciliação do pensamento e a realidade.

Quanto às relações sociais o adolescente passa pelo processo de interiorização sendo a princípio considerado anti social, conflitos afetivos e busca por referencial em similares, na tentativa de se desprender do adulto e refletir sobre a sociedade e posteriormente alcançando o equilíbrio entre pensamento e realidade.

Nesse contexto, Salles; Haase e Malloy-Diniz (2015) definem também que o desenvolvimento geral e neuropsicológico depende de fatores sociais, onde os primeiros anos de vida são significativos para os domínios psicossocial, biológico e cognitivo pois o cérebro se desenvolve por meio de eventos ontogenéticos em diferentes situações e que se relacionam entre si e situações de vulnerabilidade ou perturbações nesse processo causam efeitos a longo prazo que repercutem em suas capacidades funcionais.

Entre os fatores de impacto observa-se: o nível socioeconômico que vai além da posição social, ocupacional e educação, mas abrangendo também diferenças associadas a saúde física e mental da família, afetando o desenvolvimento neural e o desempenho psicológico; fatores psicossociais da família, incluindo a presença ou ausência dos pais em casa e o estresse ou psicopatologia presente nos mesmos; e fatores físicos como nível nutricional e exposição a poluentes.

A vulnerabilidade social aborda diversas modalidades de desvantagem social, mas principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, ou vinculados à violência. As relações em contexto de vulnerabilidade social geram crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida (Simões, 2020, p.3040).

Portanto, cabe destacar a necessidade de compreender a criança como um ser individual com características, necessidades e vulnerabilidades particulares. Além disso, grande parte desse subdesenvolvimento infantil se dá devido a questões de vulnerabilidade como pobreza, baixa escolaridade, condições precárias de moradia, desnutrição e falta de acesso a recursos educacionais e de saúde, podendo essa vulnerabilidade ser definida como a chance ou oportunidade da criança sofrer prejuízos ou atrasos devido a fatores individuais, sociais e programáticos que constituem situações adversas que se agravam através de falhas ou descumprimento das políticas públicas e dos programas de atenção à criança e ao adolescente, já que estes têm a função de proteção e promoção do bem-estar infantil a fim de diminuir a morbimortalidade e as desigualdades que acarretam prejuízos ao desenvolvimento (Da Silva et al., 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA-, Lei Federal nº8.069, de 13 de julho de 1990, foi a lei complementar que veio para definir os direitos no período da infância e da adolescência, prevendo métodos e instrumentos de exequibilidade aos novos princípios constitucionais de gestão e para garantia das efetivações dos novos conteúdos em prol da criança e do adolescente, onde Alves, Santos e Santos (2016) destaca o Conselho Tutelar que formula uma política de proteção infanto-juvenil; o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente -CMDA; a Delegacia de Proteção à criança e ao Adolescente -DPCA; e o Comissário da Vara da Infância e da Juventude que atua na fiscalização das normas de prevenção e proteção. Além

desses, as secretarias de assistência social desenvolvem Serviços de Fortalecimento de Vínculos -SCFV; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET, Casas de Passagem que oferece acolhimento emergencial; Programa Bolsa Família; Programa Saúde na Escola; além dos Centro de Referência da Assistência Social -CRAS, responsável pela prevenção de situações de vulnerabilidade social; e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social -CREAS atuando com aqueles que já tiveram seus direitos violados.

Ainda, nos dias atuais, já se recomenda internacionalmente a aplicação progressiva de novas práticas a fim de estimular o desenvolvimento infantil desde o pré-natal por meio de recursos como: diversificação alimentar e saudável da mãe; estado de humor positivo no ambiente familiar, estimulação sonora como música e diálogo mãe/feto; e leitura em voz alta favorecendo a habilidades antes mesmo do método convencional de educação, tornando a criança mais perceptível ao formalismo educacional e fortalecendo o vínculo pais/filhos. Porém, estima-se que 200 milhões de crianças ao redor do mundo com até 5 anos de idade, não exploram todo seu potencial quanto ao desenvolvimento cognitivo e emocional. No Brasil, em apoio a vigilância do desenvolvimento infantil, foi instituído pelo Ministério da Saúde, políticas e programas como já visto, porém a prevalência de atrasos do desenvolvimento varia entre 30 a 56% em cidades dos estados da Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Goiás e São Paulo mostrando que é necessário priorizar ainda mais o desenvolvimento infanto-juvenil (Caminha et Al., 2017).

MÉTODO

Foi realizada uma metodologia de pesquisa exploratória e bibliográfica, tendo os seguintes periódicos eletrônicos: Google Acadêmico, BVS, SciELO, pePSIC, a partir de 10 artigos revisados e publicados e livros de base entre os anos de 2014 a 2022, que discutem a relação da vulnerabilidade na infância e adolescência.

RESULTADOS

De acordo com (Alves & Santos, 2016), em uma investigação bibliográfica e

descritiva para mapear os principais casos de vulnerabilidade infantil na cidade de Paulo Afonso Bahia, buscando entender como os agentes públicos ligados a instituições locais, evidenciou-se que as Políticas de auxílio e atendimento a crianças vem atuando de forma eficaz no que diz respeito aos direitos violados. Ainda, os autores apontaram que a desigualdade social afeta a vida daqueles que vivem à margem da pobreza e o trabalho infantil e a falta de cuidado familiar atrapalham na construção da vida social da criança, pois ao enfrentarem situações do seu cotidiano, estes quando em fase adulta apresentam distúrbios e também falta de interesse nos estudos.

Corroborando com os estudos de Alves e Santos (2016), no que tange a vulnerabilidade social Rezende e Cappelari (2022) define que a vulnerabilidade acontece quando há risco presente e quando o indivíduo está exposto a situações que interferem no seu processo de desenvolvimento físico, psicológico e social e no contexto da vulnerabilidade de crianças e adolescentes as consequências negativas incluem a exclusão social, a falta de vínculo familiar e demais espaços de socialização, a passagem abrupta da infância à vida adulta, a falta de acesso a educação, saúde e lazer, a falta de perspectiva e a exploração do trabalho infantil além da reprovação e evasão escolar e da oferta de consumo de drogas, uso de armas e tráfico.

Um ponto a investigar, são as ações de parceria entre os serviços de saúde e as escolas que têm-se destacado por sua contribuição para a saúde, no que tange a vulnerabilidade em adolescentes. Observou-se a importância da educação e do apoio familiar para que adolescentes em vulnerabilidade social, maior adesão (cerca de 58%) quando o mesmo tinham apoio e envolvimento familiar e escolar. Cabe ressaltar que sucesso da intervenção foram as estratégias que enfatizam o acolhimento do adolescente, oferecendo-lhe apoio social e emocional (Souza & Panucio, 2019)

Com o ECA, aprovado em 1990, as crianças e jovens passaram a ser sujeitos de direitos, que contavam com uma Política de Proteção Integral e prioritária. O ECA tornou-se uma política afirmativa dos direitos direcionados a criança e ao adolescente, entendendo que as principais situações de vulnerabilidade que atingem a criança e adolescente são os riscos inerentes aos problemas relacionados ao alcoolismo, conflitos entre casais, tornando-os testemunhas de agressões e de toda forma de violência, trabalho infantil e

exploração sexual, esses aspectos revelam como a vulnerabilidade se mantém interligada com aspectos biológicos, sociais e psicológicos de todo indivíduo , intervindo de forma clara em sua qualidade de vida (Paloco & Ohara, 2020).

Adicionalmente, a investigação de Paloco e Ohara (2020) tem como objetivo revisar e discutir as vulnerabilidades na infância e na adolescência, bem como as políticas públicas brasileiras de intervenção. Identificou-se o esforço do Governo para eliminar ou minimizar o sofrimento daqueles em situação de vulnerabilidade, por meio de políticas públicas direcionadas a esse contingente populacional.

Num contexto de vulnerabilidade e políticas públicas foram coletados e analisados a partir do levantamento sistemático de artigos, livros, Leis Brasileiras, revistas científicas, teses e dissertações, dados bibliográficos referentes ao conceito de vulnerabilidade destinado ao público infanto-juvenil e de que forma este contribui para se pensar as políticas públicas voltadas a esse segmento, visando a garantia de sua integridade, onde foi possível observar os fatores que determinam as condições de vulnerabilidade (psicológica, social e física) e suas variações no decorrer da história das crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar e estrutural.

Já em uma pesquisa intitulada por Infância e Contextos de Vulnerabilidade Social (Bomtempo & Conceição, 2014) que visa detectar, por meio de atividades lúdicas, fatores de desenvolvimento de crianças em situação de risco social, que pudessem identificar de que forma o contexto, no qual os participantes estão inseridos, influencia este desenvolvimento e facilita propostas de intervenções de profissionais nas áreas da saúde e da educação que utilizem como recurso as atividades lúdicas junto às crianças em situação de risco social, através da observação de cinco crianças entre seis anos e dez anos.

DISCUSSÃO

Os autores sinalizaram que, no Brasil, as principais consequências que acometem as crianças e os adolescentes em decorrência da vulnerabilidade social são: problemas relacionados ao alcoolismo, envolvimento com drogas, gravidez precoce e prática do roubo.

Constatou-se, com o presente trabalho, quais os fatores que determinam a situação de vulnerabilidade na infância e suas várias interfaces, considerando a

interligação entre a saúde física, social e psicológica. Por tal, em virtude da grande passividade das políticas públicas e, com o intuito de garantir o bem estar psicossocial de forma preventiva e interventiva, a vigilância torna-se necessária impedindo que alguns direitos conquistados sejam aniquilados, garantindo ainda a continuidade de novo mecanismos de proteção à criança e ao adolescente.

Visando a proteção integral desse público em questão, foram desenvolvidas políticas públicas específicas, as quais os primeiros movimentos de assistência no Brasil destinadas à saúde pública da criança e do adolescente foram promovidos pelo movimento de higiene mental que atuava desde 1923, assim como o Instituto de Proteção e assistência à infância -IPAI- e também a Constituição Federal de 1988 que tiveram um marco de avanço em oferecer serviços de assistência e proteção à criança e na realização de campanhas e projetos que tinham como objetivo uma sociedade idealizada, por meio de ações direcionadas à higiene física e mental da população infantil e adolescente.

Para tal, foram adotadas medidas governamentais a fim de amenizar a situação. Entre elas encontra-se a criação dos Conselhos Tutelares (âmbito municipal) e os programas assistencialistas, como o programa do bolsa família e o programa de saúde na escola.

Cada qual com suas atribuições, os Conselhos Tutelares têm o papel de zelar pelo cumprimento das medidas de proteção, apoio e orientação às crianças e aos adolescentes sejam cumpridas; o programa do bolsa família atua na promoção da saúde, beneficiando não apenas crianças e adolescentes, mas também as famílias carentes do Brasil; o programa de saúde na escola prevê avaliações clínicas, psicossociais, nutricionais e avaliações da saúde bucal, prevenção de doenças por meio da promoção da alimentação saudável, realização de atividades físicas, educação para a saúde sexual e reprodutiva, conscientização quanto ao uso do álcool, tabaco e outras drogas.

Os resultados apresentaram ainda que crianças e adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidade social e ou aquelas que têm seus direitos violados necessitam de um espaço de acolhimento e proteção onde encontrem subsídios a fim de se desenvolverem enquanto sujeitos de direitos e para que possam se tornar protagonistas de suas próprias histórias.

A educação facilita a obtenção de informação, conhecimento, acesso aos serviços de saúde e maiores chances de buscar apoio e recursos, e que as

famílias com renda melhor, além de contar com os mesmos benefícios proporcionados pela educação, apresentam melhores condições de transporte para si e o adolescente em tratamento.

Através do compartilhamento das atividades lúdicas, pode-se experimentar novas formas de encontros entre o eu e o outro. Dessa forma, as atividades lúdicas integram o repertório das intervenções não apenas como recurso terapêutico ou por estas serem atividades primordiais da infância, mas pela possibilidade destas vivências coletivas serem espaços intersubjetivos, com o compartilhamento de atenção, emoção e significados, fazendo do brincar uma experiência da vinculação (Winnicott, 1975) a brincadeiras que apresentam-se como potente instrumento de cuidado no que tange à construção do vínculo e ressignificação dos contextos de vida das crianças, tornando-se, portanto, meio de comunicação e expressão na infância, bem como mecanismo projetivo e promotor do desenvolvimento saudável.

CONCLUSÃO

Conforme evidenciado no presente estudo, que tem como tema principal o papel das Intervenções de Vulnerabilidade na Infância e Adolescência, observa-se que o sistema governamental tem avançado nestas últimas décadas ao promover leis específicas e políticas públicas que permitam assistência e valorização aos mais necessitados. Em contrapartida, admite-se que há uma realidade que precisa ser combatida, a fim de que muitos tipos de violências venham ser decrescidas em um futuro próximo, pois, dependendo do conjunto de experiências, aprendizados e elementos aos quais uma criança é exposta ela pode se tornar um adulto com capacidade e comportamentos melhores.

Os resultados encontrados nesta pesquisa contribuem para compreensão de um trabalho que consiste em amenizar de forma significativa a relação da vulnerabilidade no contexto da infância e adolescência no âmbito psicológico e social, através de intervenções de políticas públicas.

Sugere-se ainda que pesquisas futuras venham elucidar e considerar materiais para continuidade da abordagem ao assunto em questão.

REFERÊNCIAS

Abrahão, T. B., & Lopes, A. P. A. (2022). Principais causas do estresse e da ansiedade na sociedade contemporânea e suas consequências na vida do indivíduo. <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/revcontrad/article/view/39/61>

Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Martinilli, C. C. (2002). Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas.

https://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/20.500.12799/1379/2002_Abramovay_Juventud%2c%20violencia%20y%20vulnerabilidad%20social%20en%20Am%c3%a9rica%20Latina%20desaf%3%ados%20para%20pol%c3%adticas%20p%c3%ablicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Alves, L. P., Santos, V. S., & Santos, J. F. (2016). Infância, vulnerabilidade e situação de risco em Paulo Afonso–Bahia. *Revista Científica da FASETE*, 68. https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2016/10/infancia_vulnerabilidade_e_e_situacao_de_risco_em_paulo_afonso_bahia.pdf

Alves, P. L. S. S., V., & Santos, F. J. (2016). Infância, vulnerabilidade e situação de risco em paulo afonso. *Revista Científica da FASETE*. 68-82. https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2016/10/infancia_vulnerabilidade_e_e_situacao_de_risco_em_paulo_afonso_bahia.pdf

Amaral, R. E. C., & Coutinho, L. G. (2022). Autolesões na adolescência: do desamparo à construção de uma demanda. <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/11820/6922>

Bomtempo, E., & Conceição, M. R. (2014). Infância e contextos de vulnerabilidade social - A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. 490 – 509. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200012&lng=pt&nrm=iso

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

Caminha, M. D. F. C., Silva, S. L. D., Lima, M. D. C., Azevedo, P. T. Á. C. C. D., Figueira, M. C. D. S., & Batista, M. (2017). Vigilância do desenvolvimento infantil: análise da situação brasileira. *Revista Paulista de Pediatria*, 35, 102-109. <https://www.scielo.br/j/rpp/a/H7KLTVXShS9qRy3WpGwKfGL/?lang=pt>

Danzmann, P. S., Vestena, L. T., Silva, A. C. P., & Peixoto, M. J. R. (2022). Educação sexual na percepção de pais e adolescentes: uma revisão sistemática. <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3981>

De Salles, Jerusa Fumagalli; Haase, Vitor Geraldi; Malloy-Diniz, Leandro F. Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. Artmed Editora, 2015.

Decreto nº 6.286, de 05 de Dezembro de 2007. (2007). Programa Saúde na Escola. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm

ECA (1990). Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da

União;1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Erikson, E. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ferreira, C. L. S., Côrtes, M. C. J. W., & Gontijo, E. D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3997-4008. <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n11/3997-4008/pt/>

Ferreira, C. L. S., Côrtes, M. C. J., & Gontijo, E. D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n11/3997-4008/pt/>

Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A., Dias, O. V., & Costa, S. M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Rev. paul. pediatr.* <https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>

Fundo das Nações Unidas para Infância. (2011). Situação da adolescência brasileira 2011: direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf

Junior, I. L. V., (2016). Direitos da criança e do adolescente e a sua aplicabilidade: O que dizem as leis? <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3666>

Lima, R. B., (2021). A escolha profissional como um rito de passagem da adolescência para idade adulta. <https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/1152/1/A%20escolha%20profissional%20com%20um%20rito%20de%20passagem%20da%20adolesc%3%aancia%20para%20idade%20adulta.pdf>

Lobato, G. R., Moraes, C. L., & Nascimento, M. C. (2012). Desafios da atenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Programa Saúde da Família em cidade de médio porte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csp/a/XjNS8hpxZmYNNHks363rZVb/?lang=pt&format=html>

Martorell, G., Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2019). *O Mundo da Criança: Da Infância à Adolescência*. McGraw Hill Brasil - O Mundo da Criança - 13.ed.: Da Infância à Adolescência.

Menezes, M. L., & da Conceição, A. P. S. (2021). Infância e Psicologia: O Brincar é uma Linguagem Secreta?. *Revista Internacional Educon*, 2(1), e21021009-e21021009. <https://grupoeducan.com/revista/index.php/revista/article/view/1564>

Niehues, M. R., & Costa, M. R. (2012). Concepções de infância ao longo da história. [https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/420/342#:~:text=De%20acordo%20com%20Costa%20\(2009,culturais%2C%20ou%20at%C3%A9%20mesmo%20p%20ol%C3%ADtico](https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/420/342#:~:text=De%20acordo%20com%20Costa%20(2009,culturais%2C%20ou%20at%C3%A9%20mesmo%20p%20ol%C3%ADtico)

Paloco, C. R. P., & Ohara, T. (2020). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade biopsicossocial e as políticas públicas. Recuperado de <http://www.fap.com.br/anais/congresso-multidisciplinar-2020/comunicacao->

oral/159.pdf

Pessalacia, J. D. R., Menezes, E. S., & Massuia, D. (2010) A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. Recuperado de https://saocamilo-sp.br/assets/artigo/bioethikos/80/Bioethikos_423-430_.pdf

Pessoa, A. S. G., & Scorsolini-Comin, F. (2021). Pesquisas com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no Brasil: debates inacabados e novos dilemas. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100001

Piaget, J., & Inhelder, B. (1994). *A psicologia da criança* (O. M. Cajado, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1966).

Piovesan, J., Ottonelli, J. C., Bordin, J. B., & Piovesan, L. (2018). Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Recuperado de https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf

Rezende, K., Cappellari, H. (2022). Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e18611124587-e18611124587. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24587>

Rezende, M. G. C., Neto, W. F. N., & Rodrigues, J. G. S. (2018). Adolescência: os desafios de uma fase. In: *Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar* Recuperado de <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/462>

Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silves, E. F. D. M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 227-234. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>

Scott, J. B., Prola, C. A., Siqueira, A. C., & Pereira, C. R. R. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682018000200013

Silva, D. I., Veríssimo, M. D. L. Ó. R., & de Azevedo Mazza, V. (2015). Vulnerability in the child development: influence of public policies and health programs. *Journal of Human Growth and Development*, 25(1), 11-18. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.96760>

Silva, D., Veríssimo, M. L. R., & Mazza, V. A. (2015). Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. *Journal of Human Growth and Development*, 25(1), 11-18. <https://dx.doi.org/10.7322/JHGD.96760>

Silva, P. S. M., Viana, M. N., & Carneiro, S. N. V. (2018). O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf>

Silveira, B. P., Costa, Y. O., & Caneda, C. R. G. (2020). A bela adormecida e o despertar da adolescência. <https://www.ulbracds.com.br/index.php/interfaces/article/viewFile/2980/333>

Simões, E. D. F. (2020). As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 1, p. 3037-3046. Recuperado de <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/6243/5538>

Souza, L., Panúncio-Pinto, M., & Fiorati, R. C. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, p. 251-269. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt>

Vieira, G. M. O., Soares, J. M., Pereira, L. C. C., Gomes, S. A. V. P., & Andrade, L. A. S. (2022). O uso de recursos lúdicos no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/10296/4966>

Winnicott, D. W. (1975) *O brincar & a realidade*. Trad. J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago.

Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psico/v47n2/02.pdf>

Zaro, J., & Silva, J. C. (2021). A sociedade contemporânea e os desafios da educação em direitos humanos para crianças e adolescentes. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/22017/11926135>
43